



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO XX - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTÍNUOS N.º XX/XXXX**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão administrativo do **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e **XXXXXXXXXXXX XX**, inscrita no CNPJ sob n.º **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede em **XXXXX/XX, na XXX XXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX**, telefone (XX) **XXXX XXXX**, e-mail: **xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx**, por seu representante, **xxxxxx (nome), xxxx (função)**, conforme **xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos)**, como CONTRATADA, celebram o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, decorrente do **....(tipo de licitação/contratação direta)...** n.º **XXX/XXXX**, Procedimento n.º 00589.000.610/2025, regendo-se pela Lei n.º 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.ºs 13.706/2011 e 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços contínuos de locação de veículos automotores, sem condutor, em regime de diárias e sob demanda, destinados ao atendimento das necessidades da Unidade de Transportes da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (PGJRS), em consonância com os termos do Anexo I do Edital, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES ESTIMADAS/ANO
1	Diária de veículo Sedan Médio, como motorização híbrida (combustão/elétrica)	100
2	Diária de veículo Utilitário Esportivo (SUV), como motorização híbrida (combustão/elétrica)	100
3	Diária de veículos Pickup (cabine dupla, 4x4)	60

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**2.1** Os veículos disponibilizados deverão atender, além das especificações inerentes a cada categoria, aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Idade máxima de 30 (trinta) meses ou até 50.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, no momento da disponibilização inicial e durante toda a vigência contratual;
- b) Ausência de logotipos, adesivos ou identificação visual da CONTRATADA ou de terceiros;
- c) Equipamentos obrigatórios: ar-condicionado; direção hidráulica ou elétrica; vidros e travas elétricas; sistema de freios ABS; airbags frontais; e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente;
- d) Cores admitidas: preto, branco ou prata.

**2.2** As demais especificações e características dos serviços encontram-se descritas nos itens 4 e 5 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1** O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX), sendo:

- a) Item 1 (Sedan) – 100 diárias no valor unitário de R\$ XXXXXXXXXXXX, perfazendo um total estimado de R\$ XXXXXXXXXXXX
- b) Item 2 (SUV) – 100 diárias no valor unitário de R\$ XXXXXXXXXXXX, perfazendo um total estimado de R\$ XXXXXXXXXXXX
- c) Item 3 (Pick-up) – 60 diárias no valor unitário de R\$ XXXXXXXXXXXX, perfazendo um total estimado de R\$ XXXXXXXXXXXX

**3.1.1** Os valores indicados são meramente estimativos, sendo o contrato regido e pago pelas ordens de serviço emitidas e pelo serviço prestado.

**3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental, frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**4.1** A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei n.º 14.133/2021, no valor correspondente a 5% do valor anual do contratual.

**4.2** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

**4.3** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**4.4** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

**4.5** Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**4.6** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

**4.7** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

**4.8** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

**4.9** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**4.10** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**4.11** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1 (um) mês, contados da data em que for notificada.

**4.12** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**4.13** O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

**4.14** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

**4.15** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**4.16** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**4.17** A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

**5.1** Antes do início da prestação dos serviços, devem ser entregues, a contar da entrada em vigor do ajuste, em até 05 (cinco) dias úteis, os contatos para atendimento 24 horas (nomes, telefones e e-mails do gerente de contrato e da central de atendimento).

**5.2** Serão emitidas, ao longo da execução do contrato, Ordens de serviço e enviadas à CONTRATADA, a fim de determinar o início do prazo de entrega de cada demanda, bem como outras informações pertinentes ao objeto.

**5.3** Cada Ordem de Serviço (OS) será emitida eletronicamente pela Unidade de Transportes do CONTRATANTE, por intermédio de e-mail oficial, contendo, no mínimo:

- a) identificação do item contratado (Item 1 – Sedan híbrido; Item 2 – SUV híbrida; Item 3 – Picape 4x4);
- b) quantidade de veículos solicitados;
- c) período estimado da locação (início e término).

**5.4** Nada impede que uma mesma Ordem de Serviço abranja mais de um item, desde que cada quantidade permaneça claramente segregada.

**5.5** Após a expedição da ordem de serviço, os veículos solicitados deverão ser disponibilizados, nos prazos estabelecidos nos subitens 5.8.1 e 5.8.2 do presente ajuste, acompanhados da apólice de seguro individual.

**5.6** A cada entrega de veículo solicitada por Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar um check-list de entrega, físico ou eletrônico, para conferência. O check-list deve comprovar que o veículo atende integralmente às especificações e requisitos definidos neste Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Tipo e categoria do veículo;
- b) Condição de idade e quilometragem;
- c) Itens obrigatórios e adicionais (segurança, multimídia, etc.);
- d) Documentação e licenciamento vigentes;
- e) Condições de limpeza e conservação;
- f) Nível de combustível.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**5.7** Eventuais ajustes (prorrogação de dias, troca de categoria ou cancelamento) deverão ser solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito, em aditamento eletrônico, antes do término da locação;

**5.8** O prazo para disponibilização do veículo e de execução do serviço será definido conforme a natureza da solicitação, que pode ser urgente ou programada.

5.8.1 Para solicitações urgentes, quando a Ordem de Serviço (OS) não especificar uma data ou hora futura, a CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo em no máximo 2 (duas) horas a partir da comunicação do CONTRATANTE.

5.8.2 Para solicitações programadas, quando a Ordem de Serviço especificar uma data e hora para a locação, o veículo deverá ser disponibilizado no dia e horário exatos previstos na Ordem de Serviço.

**5.9** Caso a CONTRATADA não entregue o veículo dentro do prazo de disponibilização, a Ordem de Serviço poderá ser:

- a) cancelada sem ônus para a Administração; ou
- b) mantida, aplicando-se o desconto automático previsto no IMR pelo atraso.

**5.10** A inobservância reiterada dos prazos de execução, inclusive de substituição de veículos (respeitando os prazos máximos estabelecidos para cada localidade), constituirá falta contratual passível das penalidades e glosas.

**5.11** Quando a locação ultrapassar o período inicialmente estimado, o CONTRATANTE poderá, mediante aditamento eletrônico à OS, prorrogar a vigência específica daquela locação, respeitados:

- a) a disponibilidade previamente confirmada pela CONTRATADA;
- b) a manutenção da mesma categoria de veículo ou de categoria superior sem acréscimo de preço;

**5.12** O serviço consiste na locação de veículos sem condutor, por demanda, e compreenderá:

- a) retirada e devolução dos veículos na loja operacional da CONTRATADA situada no município de Porto Alegre; e
- b) utilização efetiva dos veículos em deslocamentos institucionais dentro de todo o território do Estado do Rio Grande do Sul e, excepcionalmente, em outros Estados da Federação, conforme a Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

**5.13** A CONTRATADA deverá assegurar solução operacional apta ao pagamento de pedágios, inclusive em trechos operados no sistema free flow, podendo isso ocorrer por TAG ativa no veículo ou por outro meio que garanta a quitação tempestiva das passagens e a comprovação individualizada da cobrança, sem ônus administrativo para a CONTRATANTE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**5.13.1** Os valores dos pedágios incidentes durante a utilização do veículo pela CONTRATANTE serão ressarcidos à CONTRATADA, desde que devidamente comprovados.

**5.13.2** Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório individualizado das passagens efetuadas, contendo, no mínimo, a identificação do veículo, a placa, o número da Ordem de Serviço ou outro elemento que permita vincular a cobrança à locação correspondente, a data e o horário da passagem, a identificação da praça de pedágio ou do ponto de free flow, o valor cobrado e a identificação do meio utilizado para pagamento. O relatório deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes, tais como extrato emitido pela operadora da TAG ou do sistema de cobrança utilizado, comprovante de cobrança ou recibo emitido pela concessionária, ou outro documento equivalente que permita identificar, de forma individualizada, a passagem realizada e o respectivo valor.

**5.13.3** O ressarcimento será efetuado pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis contados da apresentação da documentação comprobatória, desde que atestada pela fiscalização a sua regularidade.

**5.13.4** Não serão ressarcidos valores desacompanhados de documentação suficiente, nem cobranças que não permitam correlação objetiva com o veículo locado e o período de utilização pela CONTRATANTE. Na hipótese de inconsistência, ausência de informação essencial ou necessidade de complementação documental, o prazo para ressarcimento ficará suspenso até a regularização pela CONTRATADA.

**5.14** Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

**5.15** Não serão aceitos os serviços quando o veículo disponibilizado, o documento correspondente ou a condição de execução apresentem desconformidade em relação às especificações contratuais que seja impeditiva de uso (p. ex., falha mecânica, ausência de itens de segurança, quilometragem/ano acima do limite, falta de seguro válido, erro de licenciamento digital ou pendência de comprovante de rastreador).

**5.15.1** A CONTRATADA será notificada e deverá substituir ou corrigir o veículo no prazo máximo de 2 horas (para Porto Alegre e Região Metropolitana), 3 horas (para cidades até 200 km de Porto Alegre), 6 horas (para cidades acima de 200 km e até 400 km) ou 10 horas (para cidades acima de 400 km e até 600 km) a partir da notificação.

**5.16** No caso de inconformidade documental ou sanável que não impeça o uso imediato do veículo, a CONTRATADA deverá regularizar a pendência em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**5.16.1** São consideradas inconformidades dessa natureza, por exemplo, mínima avaria estética não impeditiva de uso ou a ausência do manual físico do veículo. Nestes casos, a CONTRATADA deverá regularizar a pendência em até 2 (dois) dias úteis, contados, a partir da notificação.

**5.17** Serão avaliados os resultados da execução do objeto, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo I do Termo de Referência.

**5.17.1** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**5.18** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**5.18.1** A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, observará os seguintes critérios:

- a) Pontualidade de disponibilização do veículo - Percentual de atendimentos realizados nos prazos estipulados na Ordem de Serviço, que são: no máximo 2 (duas) horas para solicitações urgentes; na data e hora especificadas para solicitações programadas.
- b) Disponibilidade operacional da frota: percentual do tempo em que os veículos locados permanecem em condições de uso, sem indisponibilidades não programadas.
- c) Conformidade técnica e estado de conservação: atendimento integral às especificações do item 4.2 do Termo de Referência e ausência de pendências de manutenção, documentação ou equipamentos obrigatórios.
- d) Prazo de substituição de veículo indisponível: tempo decorrido entre a comunicação de pane, sinistro ou manutenção e a entrega de veículo substituto de mesma categoria, respeitando os prazos máximos estabelecidos para cada localidade.

**5.18.2** No primeiro mês de execução contratual não haverá aplicação de glosa, conforme previsto no item 4.3 do Anexo I do Termo de Referência.

**5.19** O recebimento dos serviços ocorrerá mensalmente, no mês subsequente à prestação, conforme abaixo:

5.19.1 provisoriamente, na data da entrega dos relatórios exigidos nesta cláusula:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

a) Planilha discriminativa de locações do período faturado, por item/categoria, indicando: datas e horários de retirada/devolução, placa e modelo do veículo, faixa de diária aplicada, quantidade de diárias e valor bruto;

b) Relatório Sintético de Utilização/Telemetria, contendo quilometragem rodada e eventuais eventos de manutenção ou sinistro no período.

5.19.2 definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até dez dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) analisar toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à CONTRATADA, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos;

c) comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato.

**5.20** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**5.21** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

**5.22** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ajuste, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.23** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**5.24** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**5.25** O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação, exceto na hipótese excepcional de disponibilização de veículo substituto nas condições previstas no item 4.3(a) do termo de referência, mediante anuência prévia do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**7.1** Não será exigida garantia contratual, apenas incidindo sobre objeto a garantia legal de estabelecida na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC).

7.1.1 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA no prazo estabelecido no CDC, o CONTRATANTE providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

**8.1** O documento fiscal deverá ser apresentado pela CONTRATADA após a comunicação do Gestor do Contrato, com o valor exato já dimensionado após o recebimento definitivo dos serviços e a aplicação de eventuais glosas ou descontos previstos no IMR.

8.1.1 Serão aceitos documentos fiscais eletrônicos ou instrumentos de cobrança legalmente cabíveis à natureza da operação, desde que aptos à liquidação da despesa.

8.1.2 O documento fiscal eletrônico ou instrumento de cobrança legalmente de acordo com a natureza da operação deverá ser enviado:

- a) Aos cuidados de: José Adriano Ribeiro D'Avila
- b) Endereço de e-mail: transporte@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295.2030

8.1.3. A data da emissão do documento fiscal ou do instrumento de cobrança deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.1.4 O documento fiscal ou instrumento de cobrança deverá destacar os tributos objeto de retenção.

8.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais ou instrumentos de cobrança no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.1.6 Deverão ser encaminhados, juntamente com o documento fiscal **ou o instrumento de cobrança**, as certidões de Regularidade Fiscal (Municipal, Estadual e Federal), Trabalhista e FGTS válidas.

**8.2** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

**8.3** Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

**8.4** O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal **ou do instrumento de cobrança**.

**8.5** O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

**8.6** Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

**8.7** Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

**8.8** Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

**8.9** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

**8.10** O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO**

**10.1** Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado datado de xx/xx/xxxx.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento n.º 104/2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

**10.2** O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**10.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**10.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**10.5** O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**11.1** Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

**11.2** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

c) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

d) fiscalizar a execução do presente contrato;

e) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

f) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

g) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

**11.3** Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) manter representante/canal de atendimento 24 h, aceito pela Administração;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei n.º 14.133/2021), ressalvada a exigência de reserva, em relação aos dois primeiros casos (pessoa com deficiência e reabilitado), para as empresas com menos de 100 empregados, nos termos do artigo 93 da Lei 8.213/1991;

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quando aplicável, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, letra “d”, da Lei n.º 14.133/2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

p) disponibilizar plataforma web ou canal 24 h (e-mail + telefone) para registro de solicitações, acompanhamento de entregas e comunicação de emergências;

q) garantir acesso da fiscalização aos dados de telemetria e rastreamento dos veículos, em tempo real mediante login individualizado;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

**13.1** O presente contrato entrará em vigor **xxxxx** (no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul) e perdurará pelo período de 12 meses.

**13.2** O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**14.1** Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

**14.2** A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa moratória:

14.2.1 por atraso em dias: de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

14.2.2 por atraso em horas: pelo atraso na disponibilização ou na substituição de veículo, será aplicada multa de 0,5% sobre o valor da diária correspondente ao veículo, por hora ou fração de hora de atraso, limitada ao valor total de uma diária daquele veículo.

14.2.3 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

**14.3** O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;
- b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;
- c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**14.4** A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

**14.5** As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

**14.6** A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

**14.7** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

**14.8** O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei n.º 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento n.º 104/2023-PGJ.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**15.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.1.1 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto nas referidas normas com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

15.1.2 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

15.1.3 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de segurança com dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de aplicação, pela autoridade nacional, de penalidades nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e Resolução ANPD n.º 04/2023.

15.1.3.1 A comunicação deverá ser enviada para o e-mail: [encarregado@mprs.mp.br](mailto:encarregado@mprs.mp.br), contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora da detecção, data e hora do incidente e sua duração;
- b) quais dados pessoais foram violados;
- c) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número estimado de titulares de dados pessoais afetados;
- d) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;
- e) os riscos relacionados ao incidente;
- f) descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar possíveis danos.

15.1.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**16.1** A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, incisos I e II, da Lei n.º 14.133/2021.

**16.2** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

**16.3** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

**18.2** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

**18.3** Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**18.4** Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

**18.5** Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

**18.6** Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

**18.7** Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**18.8** A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**19.1** A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

**19.2** As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento n.º 05/2023-PGJ.

**19.3** Além das atribuições constantes do Provimento n.º 05/2023-PGJ, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta do **Órgão xx.xx, Recurso xxxx, Projeto xxxxx, NAD X.X.XX.XX, Rubrica XXXX.**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o **presente eletronicamente.**